



**Reunião do GTS - Grupo de Trabalho da Soja**  
**29 de março de 2007**  
**São Paulo – Sede da ABIOVE**

**Participantes:**

Afonso Champi – Cargill  
Ana Cristina Barros - TNC  
Carlo Lovatelli – Abiove  
Carlos Scaramuzza – WWF  
Fabio Triguerinho – Abiove  
Joao Alfredo – Greenpeace  
Mauricio Galinkin – Articulação Soja Brasil  
Michel Santos - Bunge  
Ocimar Vilella – Amaggi  
Paulo Adario – Greenpeace  
Paulo Gustavo Prado – CI  
Roberto S. Waack – Ares  
Tatiana de Carvalho - Greenpeace

**PAUTA da REUNIÃO**

- 1. – Apresentação dos Sub Grupos**
- 2. – Financiamento**
- 3. – Comunicação**
- 4. – Agenda de reuniões até o final do ano**
- 5. – Reunião na Casa Civil**
- 6. – Representação do Movimento Social**
- 7. – Participação do Ethos**
- 8. – “Ilhas” de cerrado e campos**
- 9. – Relação com RTRS**
- 10. – Administração de divergências sobre o código florestal**

**1 – Apresentação dos Sub Grupos**

**a. Mapeamento e Monitoramento**

Foram realizadas três reuniões (conferências telefônicas) sobre monitoramento do desmatamento, sendo que uma contou com a participação do INPE. Este foi considerado a melhor alternativa, considerando confiabilidade, eficiência, custo e sinergia, e o fato de que o INPE é a instituição oficial encarregada de monitorar o desmatamento no Brasil. Foi solicitado formalmente ao INPE que preste suporte técnico à moratória da soja, fornecendo dados e informações para mapear e identificar as áreas de ocorrência de desmatamento após julho de 2006. O coordenador do PRODES, Dalton Valeriano, confirmou o interesse do INPE em colaborar com o monitoramento da moratória no desmatamento.

Foram abordados os seguintes pontos com o INPE:

- O INPE fornecerá dados de desmatamento em 2006, que será usado para gerar o mapa de referência para a moratória anunciada em julho de 2006. Estes dados já estão disponíveis, só precisam ser retirados e trabalhados. Os dados e mapas serão utilizados para confronto com o PRODES 2007;
- Os polígonos de desmatamento terão um identificador único;
- O mapa do bioma está na escala 1: 5.000.000, o que não permite a leitura adequada de áreas desmatadas na zona de transição cerrado/floresta e poderá gerar conflitos. O MMA pretende disponibilizar mapas na escala 1:100 mil, que ainda não estão disponíveis. Tentar-se-á verificar com o MMA se há forma de acelerar o processo, mas foi ressaltado que o GTS não deveria contar com o MMA para mapas no curto prazo;
- O INPE criará no seu site uma “chamada” sobre a moratória da soja com um link para o site da ABIOVE, no qual serão disponibilizados os dados;
- Foi discutida a necessidade de acompanhamento do ciclo da soja para o desenvolvimento de um novo sistema de monitoramento que permita identificar o uso do solo através de imagens de satélite. A Amaggi está fazendo um trabalho conjunto com o INPE para exercitar a calibração da ferramenta citada, seguindo a evolução da plantação.

Foi mencionada a oportunidade de se usar um satélite japonês ligado ao IBGE, que poderia disponibilizar dados gratuitos para ONGs. Ocimar passará esta informação para o grupo de Mapeamento e Monitoramento.

Foi apresentada uma proposta para o Monitoramento, com os seguintes objetivos de curto prazo:

- Identificar os pontos de desmatamento pós moratória através dos dados do Inpe (Prodes) e realizar visitas de campo nas áreas prioritárias para checar se foi plantada soja;
- Estabelecer um calendário de visitas de campo para conhecer a realidade em áreas prioritárias (de maior risco), com o objetivo de preparar a campanha de monitoramento para a safra 2007-2008.

Há consenso de que o mapa atual do Bioma é insatisfatório. Por outro lado, o GTS não deve se responsabilizar pela delimitação do bioma. Devemos pressionar o MMA para que apresse este processo.

O GTS concluiu que também é necessário desenvolver sistemas que permitam o mapeamento das propriedades produtoras que desflorestaram após 2006, com considerando a possibilidade de uso de georeferenciamento poligonal. Esta iniciativa facilitará e tornará mais eficiente o sistema de monitoramento a longo prazo. Também, reduz à vulnerabilidade do sistema se este for dependente dos agentes de compra, caso o monitoramento não seja executado por terceiros.

Decidiu-se que o Sub-Grupo de Mapeamento e Monitoramento deverá se reunir com urgência para definir suas ações, para discutir a proposta de desenvolvimento de metodologia para eventualmente estender o mapeamento (georeferenciamento poligonal) às propriedades em áreas vulneráveis. Ao mesmo tempo o Sub-Grupo de Mapeamento e Monitoramento deverá definir ações de curto prazo e que possam ser implementadas ao campo nos próximos meses. Esta é a prioridade máxima do GTS no momento. Dentro de um mês o Sub-Grupo de Mapeamento e Monitoramento deverá enviar aos demais membros do GTS a sua proposta metodológica. Também deverá indicar orçamento e prazos para essas atividades. As organizações e empresas com capacidade instalada e já comprometidas em participar do subgrupo são: Amaggi, Cargill, WWF, Greenpeace, IPAM, TNC, CI e Imaflora. O Imazon também está aparelhado para isso e será convidado. O Scaramuzza irá resumir as metodologias disponíveis, no momento.

## **b. Educação, Informação e Código Florestal**

Foi apresentada proposta de cartilha para Educação sobre a Moratória, assinada por todos os membros do GTS. A idéia é que o material seja distribuído para produtores rurais, prefeitos, órgãos de assistência e as comunidades, nas áreas afetadas pela moratória. Prevê-se tiragem de 10 mil exemplares, 20 páginas explicativas e ilustrativas, pôster interno, como guia rápido e custo de cerca de R\$ 22 mil (custeado pela Abiove). A distribuição deverá ser feita com critério.

A proposta apresentada prevê que a cartilha seria dividida em 5 partes, abaixo apontadas.

### Introdução

- Contextualização do problema ambiental, traçando comentários sobre o aquecimento global, a importância da Amazônia no mundo e um quadro conceitual sobre responsabilidade social corporativa.
- Contextualização sobre o mercado da soja

### O que é a moratória

- propostas e objetivos
- como está sendo conduzida
- etapas previstas
- participantes

### Entendendo o Código Florestal aplicável

- Princípios e evolução
- Legislação atual para a região amazônica
- Amazônia Legal e Bioma Amazônico (especificidades)
- A Medida provisória 2.166/67 e suas consequências
- Instruções de Registro e Documentação
- Conformidade legal

- Incluir referências tipo “leia mais”

- Foi observado que a iniciativa da moratória vai além do código florestal. Deve atentar para este fato e para as confusões que este capítulo pode causar.

### Melhores práticas

- Segurança no Trabalho: questões de mão-de-obra infantil / escrava
- Controle de efluentes (agrotóxicos, erosão)

### Algumas Iniciativas correntes

- Casos de sucesso no manejo integrado produtivo / ecológico

Decidiu-se pela criação de um Comitê Editorial (que também se ocupará da estratégia de distribuição da cartilha). Os membros do CE são Bunge (Teles e Michel), Cargill (Afonso), TNC (Carlos), CI (Paulo) e Articulação Soja Brasil (Mauricio). Os prazos para a consecução desta ação são:

- Até 13/4, o terceiro contratado proporá um “boneco” da cartilha, enviando-a para o Comitê Editorial
- Até 23/4, o Comitê Editorial modificará e aprovará a cartilha e enviará para os demais membros do GTS
- Até 15/5, os membros do GTS farão as modificações, em conjunto com o CE, e aprovarão o texto final da cartilha
- Até 18/5 a cartilha irá para impressão
- Até 1/6 estará pronta para distribuição.

Foi também sugerida uma estratégia de divulgação nas rádios.

### **c. Relação com o governo e legislação**

Vide item 5, reunião na Casa Civil, abaixo

## **2 – Financiamento**

Foi decidido que um Sub Grupo de Financiamento será ativado depois que o sistema de monitoramento for definido. Ele terá como ponto de partida o levantamento de necessidades financeiras dos Sub Grupos de Mapeamento & Monitoramento e Educação. Este grupo deverá apresentar um orçamento mínimo para a implantação da Moratória e um orçamento ideal.

As ONGs explicitaram que não poderão contribuir com recursos financeiros, mas sim com conhecimento técnico, facilitação e lobby junto ao governo para obtenção de recursos

Comentou-se as oportunidades de financiamento via organismos multi-laterais, como GTZ. Os membros do GTS deverão enviar sugestões de opções de funding.

## **3 – Comunicação**

Concluiu-se que o GTS atingiu maturidade suficiente e nível de confiança mútua para que sua estratégia de comunicação seja mais flexível e aberta. Todos os presentes mencionaram que a sociedade, clientes e outras partes interessadas estão pedindo informações. A estratégia de voz única virou ausência de voz. Desta forma, cada membro do GTS poderá comentar e comunicar as ações do grupo independentemente de um formato único, tendo como referência a ata da reunião. No entanto, recomendou-se que os seguintes pontos fossem focados:

- Na última reunião do GTS, houve a inserção do movimento social através da participação da Articulação Soja Brasil, seguindo decisão da Câmara da Sociedade Civil;
- O GTS está finalizando acordos com o INPE para mapeamento e monitoramento;
- O Sub Grupo de Mapeamento e Monitoramento apresentará em um mês, metodologia para longo e curto prazo;
- O GTS publicará até junho uma cartilha sobre a Moratória e boas práticas da produção da soja;
- Haverá uma reunião na Casa Civil para apresentação da Moratória, com a participação de representantes de ONGs e empresas
- Um Sub Grupo de Financiamento será criado para levantar e propor as formas de financiamento das ações da Moratória.

Os subgrupos técnicos devem circular informativos internos regulares sobre suas atividades.

## **4 – Agenda de reuniões até o final do ano**

Este item não foi discutido por falta de tempo. Alice (Abiove) entrará em contato com Tatiana (Greenpeace) para marcar uma reunião a cada 2 meses.

A próxima reunião foi agendada para o dia 30 de Maio, em Manaus, na sede do Greenpeace.

Também foi agendada uma reunião em São Paulo, ampla, incluindo todos os participantes dos subgrupos e da câmara sociedade civil, com a participação aberta para outras ONGs, empresas e eventualmente a imprensa. A data marcada ficou para o dia 24 de Julho. A Abiove fará a parte administrativa do evento (local, etc). Foi sugerida a organização de um “side event” que seria a visita a plantios de soja nas áreas de “fronteira”, consideradas prioritárias para a moratória.

## **5 – Reunião na Casa Civil**

O interlocutor será o sr. Johanness Eck. Foi ressaltada a importância de se trazer a Ministra para a discussão do tema. Ela deve perceber a importância da Moratória e das ações conjuntas em andamento.

O grupo se reunirá uma hora antes na sede da TNC, em Brasília. Estarão presentes na reunião na Casa Civil o presidente da Abiove, Carlo Lovatelli, o moderador Roberto Waack, o diretor do Greenpeace na Amazônia Paulo Adario e João Alfredo, tb, do Greenpeace.

Proposta de pauta:

- Apresentação da Moratória
- Envolver Ministra Dilma para agilizar o propósito da moratória
- Papel de comando e controle do Governo
- Zoneamento Ecológico-Econômico e mapa do bioma 1:100 mil
- Cadastro rural – gov federal
- SLAPR – envolver estados/ MMA com sinalização de governos e Banco Mundial
- Definição de interlocutores no Governo
- Sinergia entre Governo, ONGs e empresas

## **6 - Representação do Movimento Social**

O Sr Mauricio Galinkin, representante da Articulação Soja Brasil (AS-Br), foi irá ocupar o lugar de representante do movimento social no GTS. Seu nome foi referendado em reunião da Câmara da Sociedade Civil para integrar o núcleo de coordenação do GTS.

Outros representantes do movimento social serão incluídos como participantes dos subgrupos de trabalho e da Câmara Sociedade Civil.

## **7 – Participação do Ethos**

## **8 - “Ilhas” de cerrado e campos**

## **9 – Relação com RTRS**

## **10 – Administração divergências código florestal**

Esses assuntos não puderam ser discutidos por falta de tempo. Deverão entrar na pauta da próxima reunião.

## **11 – Outros assuntos**

Paulo Adario comentou a reunião havida em Londres das empresas consumidoras de soja, da qual ele e outros integrantes do Greenpeace participaram, bem como representantes da Cargill. Citou a demanda das empresas por mais informação e o compromisso assumido pelo Greenpeace de atender essa demanda, em paralelo à newsletter do GTS. Assinalou também o desejo das empresas européias reunidas na Amazon Alliance, e em particular a MacDonald’s, de participar das reuniões ampliadas do GTS, e a demanda dessas empresas de que as datas para essas reuniões serão marcadas com grande antecedência para que elas possam organizar sua representação.

João Alfredo foi apresentado como representante do Greenpeace no GTS e absorverá boa parte das tarefas de Paulo Adario na condução dos trabalhos por parte das ONGs.